

Zero Hora  
05/8/97 Pg 42 e 43  
43

GERAL

Editor: ROBERTO TREMPER 218 4734

Coordenador de Produção: VITOR NALINI (DTELADO) 218 4521

AMBIENTE

# Brasil privatiza reservas verdes

## Ecologistas criticam iniciativa do governo

CLARINHA GLOCK

**A**mbientalistas de todo o país se organizam para protestar contra uma medida ousada do governo federal: a abertura da exploração das florestas nacionais para a iniciativa privada. O edital de licitação foi publicado ontem no Diário Oficial. A primeira floresta nacional incluída no projeto é a de Tapajós, no Pará. O Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) fez um inventário das árvores de uma área de 5 mil hectares que poderão ser derrubadas e vendidas por quem ganhar a concorrência. A empresa vencedora terá de seguir normas estabelecidas pelo governo. "Queremos disseminar a tecnologia de manejo ambiental para a iniciativa privada e mostrar que se pode usufruir da floresta de forma controlada, com rentabilidade e baixo impacto", explica Paulo Benincá, diretor de Recursos Naturais Renováveis do Ibama.

Os ecologistas acusam a União de facilitar a exploração sem controle. "O governo não resolve o problema da ação predatória em áreas privadas, e ainda cria uma nova área de exploração nas reservas", critica João Paulo Capobianco, secretário-executivo do Instituto Sócio-Ambiental e representante do Fórum Brasileiro de Organizações Não-Governamentais. Capobianco argumenta ainda que, com um contrato de apenas cinco anos nas áreas públicas, a empresa não terá interesse em explorá-las da forma adequada, porque não poderá continuar depois desse período.

"O edital abre a perspectiva de um saque maior: o da biodiversidade", alerta também o agrônomo Gomerindo Rodrigues, estagiário em Direito que foi assessor do ecologista e sindicalista Chico Mendes, assassinado em 1988 em Xapuri, no Acre. Não existe no Brasil nenhuma lei regulamentando o acesso à biodiversidade e ao código genético disponíveis na região amazônica - uma preciosa fonte mundial para a produção de medicamentos.

A entidade coordenada por Capobianco e outras 12 ONGs lançou ontem um documento com críticas à política florestal. Um dos argumentos vem de um relatório do próprio governo. Estudos da Secretaria de Assun-

tos Estratégicos (SAE) da Presidência da República indicam que 80% da madeira retirada da Amazônia é extraída de forma ilegal e precatória, e o índice de desperdício fica entre 60% e 70%. Ainda segundo o relatório, há 22 empresas de capital estrangeiro na região. Oficialmente, elas têm terras para a produção anual de 3 mil metros cúbicos de madeira, mas a SAE constatou que são processados 30 milhões de metros cúbicos. "Se até o governo reconhece que a maior parte da madeira que sai da região é ilegal, como abriu novas frentes?", questiona o deputado federal Gilney Viana (PT-MT), presidente de uma comissão que investiga a crescente presença de madeireiras asiáticas na Amazônia.

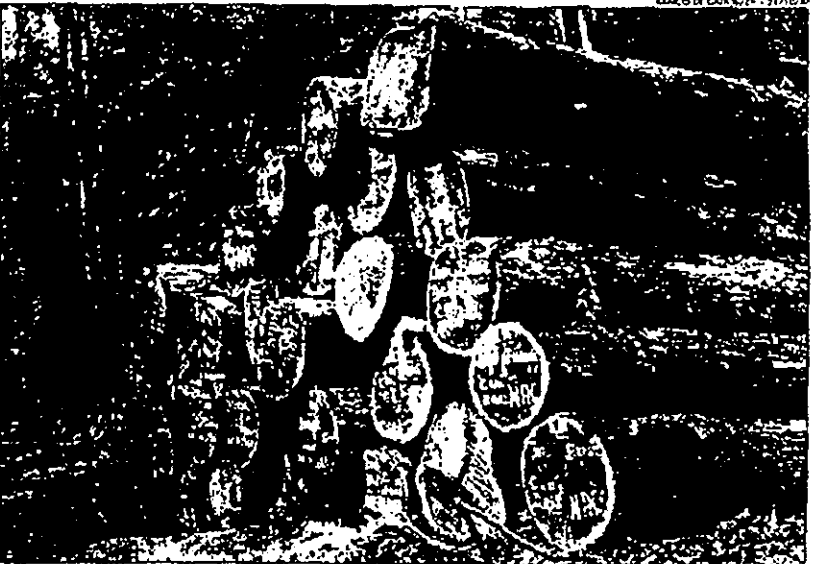
**Ambientalistas dizem que o governo está protegendo interesses de madeireiras ilegais**

Para Viana, o lançamento do edital e a proliferação de empresas adicionam outra inteligência. "O governo quer transformar o Brasil numa potência madeireira para concorrer com a Indonésia e a Malásia", acredita. O perigo é iminente: o mato de destruição deixado pelas madeireiras da Ásia foi denunciado pelo grupo ecológico Greenpeace. "Estas madeireiras já acabaram com reservas do sudeste asiático, do Suriname, da Guiana e da África", afirma a pesquisadora Rosa Roldan, do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), que aponta outras incongruências.

Rosa lembra que o Ibama baixou um decreto-lei suspendendo a concessão de autorizações de corte de mogno por dois anos, mas o presidente da entidade, Eduardo Martins, absteve-se de votar a favor da inclusão dessa árvore na Convenção Internacional sobre Comércio em Espécies Ameaçadas. Martins alegou que o Brasil já havia adotado medidas restritivas para preservar a planta. Os ambientalistas acusam a União de proteger grupos ligados ao governo e políticos que extraem ilegalmente o mogno das reservas indígenas.



Projeto-piloto: área de 5 mil hectares, dentro da imensidão da floresta, é a primeira a ser explorada



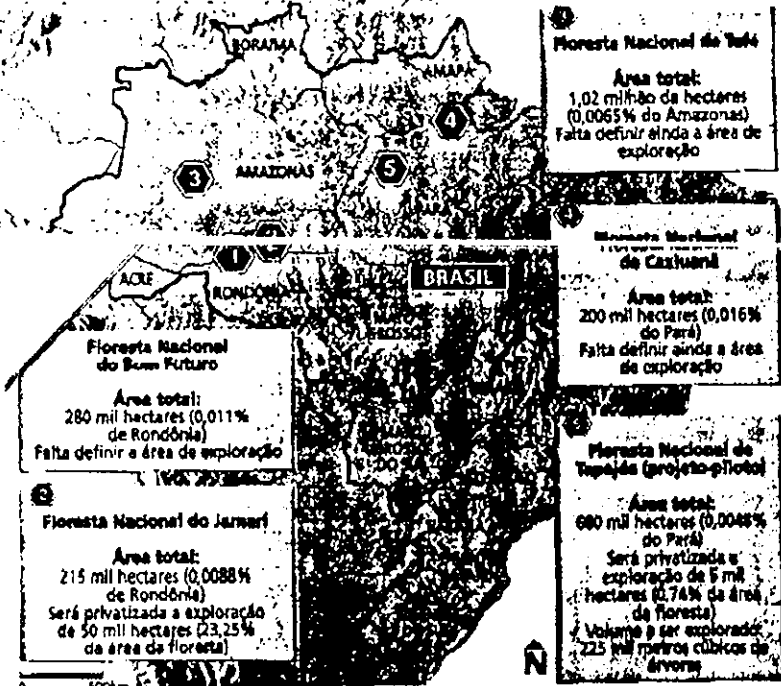
Estratégia: as autoridades federais argumentam que o corte de árvores controlado protege a Amazônia

Zero Hora  
5/8/97 43 cont.  
43

GERAL

NEGÓCIOS NA MATA

A União planeja conceder a exploração de mais quatro áreas, além de Tapajós:



Ibama reconhece que a fiscalização é falha



Fragilidade: a Amazônia é vulnerável a madeireiros predatórios

**O NEGÓCIO**  
O potencial amazônico representa muito dinheiro: O setor florestal brasileiro fatura **US\$ 18 bilhões** de dólares, empregando **1,2 milhão** de pessoas.  
Apenas na Amazônia, são **200 mil** empregos diretos.  
As exportações brasileiras de madeira amazônica superam **US\$ 1 bilhão** por ano.



O corte de árvores seguirá regras

**O QUE É O ESSENCIAL DO IBAMA**  
A concessão de Tapajós deverá obedecer aos seguintes critérios:  
Terá de ser garantida a recomposição das terras e da biodiversidade.  
A concessão ocorrerá em 30 anos e até lá, a área não poderá ser licenciada.  
O vencedor terá de explorar mil hectares por ano e pagar ao Ibama por metro cúbico, conforme tabela.  
A empresa deve apresentar um plano de exploração.  
O projeto será acompanhado por técnicos do Ibama, da Universidade Federal do Pará e de uma organização não-governamental.

**POSICÕES EM CONFLITO**  
Os ambientalistas são contra a exploração das florestas nacionais por empresas porque:  
O Ibama não tem estrutura para manter a fiscalização.  
Não haverá controle sobre o acesso à biodiversidade e ao código genético disponíveis na Amazônia.  
As madeiras exóticas, responsáveis pela destruição de outras florestas no mundo, estão comprando cada vez mais áreas na região, sem que o Ibama tenha um controle sobre a devastação.  
A concessão de exploração da área da floresta nacional é por cinco anos, enquanto o prazo para a mata se regenerar, segundo o plano de manejo, é de, no mínimo, 30 a 40 anos. Isso elimina a responsabilidade das empresas privadas sobre a área.  
As florestas tropicais úmidas do Brasil não têm a mesma capacidade de regeneração das florestas temperadas dos Estados Unidos e do Canadá, que são usadas como exemplo bem-sucedido.

O governo diz que a medida ajudará a legalizar a situação das madeireiras na região porque:  
As florestas nacionais já estão exploradas desde inventários completos a um plano de manejo, o que facilita a fiscalização.  
Haverá um aumento da oferta de madeira tropical brasileira no mercado internacional.  
Com um incremento da fiscalização, será mais barato explorar a madeira legalmente do que de forma clandestina.  
A madeira brasileira será mais valorizada, porque será explorada com base em um programa de manejo sustentado.  
O Brasil poderá se tornar o primeiro fornecedor mundial de madeira tropical, devido ao esgotamento das florestas do Sudeste Asiático. Nesse caso, o governo estará pronto para ordenar este processo.

O governo federal admite não ter condições de controlar o avanço das madeireiras na Amazônia. "Sofremos o problema das administrações públicas: falta de funcionários e de estrutura", justifica Rodolfo Lobo da Costa, chefe do Departamento de Fiscalização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Há 280 fiscais para controlar a floresta nos nove Estados que compõem a Amazônia Legal. O ideal seria mais de 10 vezes esse número: 3 mil. "A saída são os satélites e o uso dos sensores e aviões para fotografar áreas de irregularidades", acrescenta Costa.

A pesquisadora Rosa Roldan, do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibace), alerta que os satélites captam apenas as áreas já determinadas. "O Ibama existe para manter a floresta em pé e não para correr atrás do prejuízo de toras derrubadas", enfatiza. Há cerca de 30 dias, o órgão deu início à Operação Macaúá e apreendeu 70 mil metros cúbicos de madeira. Mas as multas são irrisórias. "Não há uma lei ou uma medida provisória prevendo a infração", alerta o procurador da República Luiz Francisco de Souza. "Os madeireiros entram com um embargo e tiram a multa." O procurador diz que a única defesa natural da floresta, hoje, é a chuva, que impede os exploradores de chegar à região. Os danos se multi-

plicam com a retirada das toras pelos nos, causando o assoreamento e mais destruição. A saída, defende Roca, é o Ibama envolver as populações locais na fiscalização.  
As autoridades federais alegam que nas florestas nacionais o controle será mais fácil, porque as áreas foram inventariadas. Um trabalho minucioso: só a Floresta de Tapajós está em estudo há 17 anos, segundo o chefe da Divisão de Florestas do Ibama, Sidney Carlos Sabbag. O ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, acredita que a concessão permitirá tirar o segmento madeireiro da delinqüência atual. "Vamos perseguir incessantemente quem está na clandestinidade, de forma que seja mais barato explorar a madeira legalmente", anuncia.  
O Brasil tem 39 florestas nacionais, o equivalente a 12 milhões de hectares. São unidades de conservação de uso direto, onde não é permitida a prática da agricultura ou da pecuária, somente é autorizada a exploração, de forma controlada, da madeira, do turismo e das plantas para fins medicinais. Se o projeto for bem-sucedido, a exportação será atendida a outras quatro florestas nacionais a partir do próximo ano. Estão sendo feitos inventários e estudos sobre as matas de Jariari e Bem Futuro, na Roraima, de Teff, no Amazonas, e de Castanheira, no Pará.

Fontes: João Paulo Capobianco (Instituto Sico-Amazonas), Rosa Roldan (Ibace), Luiz Francisco de Souza (procurador da República).  
Lêandro Medel (1/8/97)